

III PARTE
Análise quantitativa
e qualitativa do conjunto

1. Apreciação quantitativa do conjunto

Paralelamente ao estudo dos dados provenientes dos contextos identificados, considerámos indispensável obter uma visão global das ânforas exumadas no Castelo de São Jorge. Tal como afirmámos na primeira parte deste trabalho, a presença de fragmentos de ânforas romanas é uma constante em praticamente todos os níveis arqueológicos posteriores à época romana. Tendo em conta essa dispersão, tivemos que observar em todos os contextos identificados nas diversas campanhas realizadas entre Junho de 1996 e Agosto de 2003 a presença de ânforas, optando por separar numa primeira fase a totalidade dos fragmentos identificados. Desta primeira selecção, entre os largos milhares de fragmentos, privilegiámos os elementos que nos permitiam distinguir os diversos tipos de ânfora, nomeadamente bordos, ombros, asas e fundos, que foram inventariados e inseridos numa base de dados executada para o efeito (ver anexo I).

A apreciação do número mínimo de indivíduos revela-nos uma larga amostra de cerca de quatro centenas de ânforas (Quadro 12 – NMI), que, apesar de ser em parte coincidente com as leituras efectuadas no estudo dos contextos, vem introduzir algumas perturbações, nomeadamente um aumento substancial de alguns tipos de ânforas, que nos contextos analisados, se encontram escassamente representados (o caso mais expressivo é o das ânforas Mañá C2b), assim como, pela presença de importações de ânforas posteriores ao terceiro quarto do século II a.C., o que pode ser indicativo, como já afirmamos, de uma continuidade de ocupação durante o século I a.C. em alguma área do morro do Castelo, possivelmente no seu topo, onde se irá erguer o último reduto defensivo, de época islâmica.

A comparação dos dados desta análise com os resultados do estudo dos contextos (Quadro 12 – NMI Contextos) dota-nos de um conjunto suficientemente amplo, ultrapassando as cinco centenas de indivíduos (Total NMI), com uma fiabilidade alta em termos de análise estatística⁶⁶, que nos permite tecer uma série de considerações acerca da dinâmica comercial de *Olisipo* durante o período em análise.

QUADRO 12

Resultados da análise da totalidade das ânforas identificadas nos contextos em estudo e nas diversas intervenções realizadas no Castelo de São Jorge entre Julho de 1996 e Agosto de 2003.

Ânforas	Pastas	NMI	NMI Contextos	Total NMI	%	
Greco-ítálicas	Grupo 1	3	3	6	1,19%	
	Grupo 2	6	4	10	1,99%	
	Grupo 3	18	8	26	5,18%	
	Grupo 4	10	3	13	2,59%	
	Grupo 5	27	5	32	6,38%	
	Grupo 6	2	2	4	0,79%	
	Indeterminado	1		1	0,19%	
	Total		67	25	92	18,36%
Dressel I itálicas	Grupo 3	114	21	135	26,94%	
	Grupo 4	14	8	22	4,39%	
	Grupo 5	32	4	36	7,18%	
	Grupo 6	9	3	12	2,39%	
	Grupo 7	3		3	0,59%	
	Indeterminado	1		1	0,19%	
	Total		173	36	209	41,71%

QUADRO 12 [cont.]

Ânforas	Pastas	NMI	NMI Contextos	Total NMI	%
Ânforas de Brindisi	Grupo 1	1	1	2	0,39%
	Total	1	1	2	0,39%
Lamboglia 2	Grupo 1	2		2	0,39%
	Total	2		2	0,39%
Dressel 2-4	Grupo 1	1		1	0,19%
	Grupo 2	2		2	0,39%
	Grupo 7	1		1	0,19%
	Total	4		4	0,79%
Mañá C2b	Grupo 1 (H)	47	1	48	9,58%
	Grupo 2 (H)	31	5	36	7,18%
	Grupo 3 (H)	10		10	1,99%
	Total	88	6	94	18,76%
Greco-ítálicas hispánicas	Grupo 1 (H)	5	3	8	1,59%
	Grupo 2 (H)	4	1	5	0,99%
	Grupo 4 (H)	7	4	11	2,19%
	Grupo 5 (H)	4	2	6	1,19%
	Grupo 6 (H)		1	1	0,19%
	Total	20	11	31	6,18%
Dressel 1 hispánicas	Grupo 4 (H)	6		6	1,19%
	Grupo 6 (H)	2		2	0,39%
	Total	8		8	1,59%
Tipo 9.1.1.1.	Grupo 1 (H)	1	3	4	0,79%
	Grupo 2 (H)	2	5	7	1,39%
	Total	3	8	11	2,19%
Tipo 4.2.2.5.	Grupo 1	1	4	5	0,99%
	Total	1	4	5	0,99%
Subgrupo 12.1.1.0.	Grupo 1	9	8	17	3,39%
	Total	9	8	17	3,39%
Tipo 8.1.3.2.	Grupo 1	1		1	0,19%
	Total	1		1	0,19%
Tripolitanas antigas	Grupo 1	7	1	8	1,59%
	Total	7	1	8	1,59%
Classe 67	Grupo 1	5		5	0,99%
	Grupo 2	1		1	0,19%
	Total	6		6	1,19%
Classe 67 ?	Grupo 1	3		3	0,59%
	Total	3		3	0,59%
Dressel 7/11	Indeterminado	1		1	0,19%
	Total	1		1	0,19%
Dressel 14	Lusitana	1		1	0,19%
	Total	1		1	0,19%
Almagro 51 C	Lusitana	2		2	0,39%
	Total	2		2	0,39%
Ânforas de difícil classificação	—	1	3	4	0,79%
	Total	1	3	4	0,79%
Total		398	103	501	100%

Ao nos debruçarmos sobre a apreciação dos resultados da totalidade das ânforas identificadas até ao momento nas diversas intervenções realizadas na antiga alcáçova de Lisboa, sobressai antes de mais, a presença esmagadora de materiais de cronologia republicana. De facto, esta constatação parece-nos bastante reveladora do tipo de ocupação que esta área da cidade terá conhecido durante a época romana imperial. Encontrando-se escassamente documentadas, as importações de produtos alimentares posteriores a finais do século I a.C., resumindo-se a uma ânfora Dressel 14 e a duas Almagro 51C, correspondendo a 0,58% da totalidade das ânforas identificadas, e mesmo tendo em conta as ânforas Dressel 2-4 e o exemplar de Dressel 7-11, que poderão eventualmente corresponder a produções já do século I d.C., não ultrapassam no total os 1,5% do conjunto em análise.

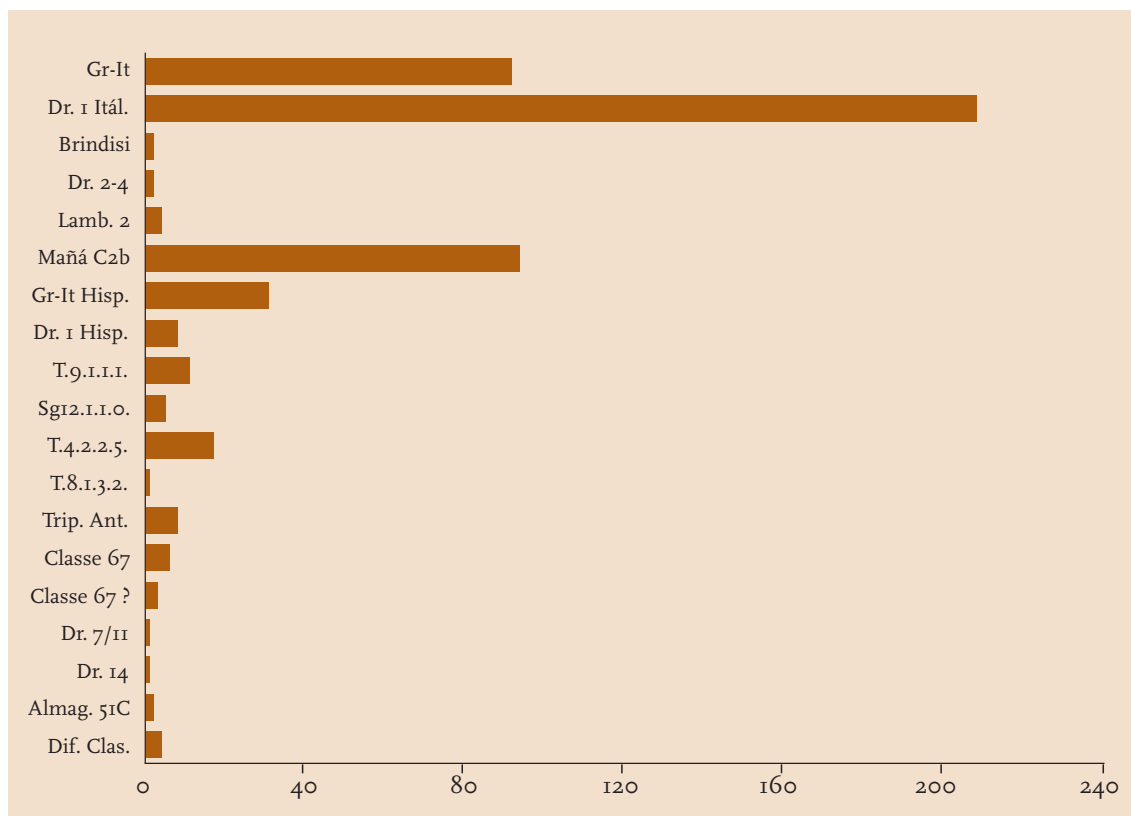


GRÁFICO 3 – Resultados da análise da totalidade das ânforas identificadas no Castelo de São Jorge.

O predomínio significativo dos produtos itálicos sobre as restantes importações evidencia-se de uma forma muito clara ao observarmos o gráfico 3. E estes representam 61,64% do total, correspondendo a 309 ânforas, das quais apenas duas correspondem a contentores oleícolas. A presença em largas quantidades de ânforas vinárias itálicas da costa tirrénica dos tipos greco-itálicos (18,36%) e Dressel 1⁶⁷ (41,71%) documenta a chegada em massa dos primeiros produtos itálicos ao vale do Tejo, sendo esmagador o seu predomínio sob as das áreas meridionais da costa adriática, do tipo Lamboglia 2 (0,39%).

Os produtos ocidentais da área da baía de Cádiz e do norte de África, ainda que inferiores às importações itálicas, encontram-se bem representados (28,72%), correspondendo a 145 ânforas, sendo as Mañá C2b os contentores mais bem representados (18,76%), seguidos das greco-itálicas hispânicas (6%), do Tipo 9.I.I.I. (2,19%), das Dressel 1 hispânicas (1,59%) e de uma ânfora da Classe 67 (0,19%), possivelmente de produção gaditana.

As produções da bacia do Guadalquivir encontram-se escassamente representadas (1,77), surgindo uma possível greco-italica hispânica, cinco ânforas da Classe 67 e três possivelmente da mesma classe, embora, devido ao estado de conservação dos exemplares, não seja possível uma atribuição definitiva, podendo igualmente corresponder às Dressel 25-Oberaden 83 (Classe 24 - Fabião, 1989, p. 73).

As importações oleícolas da área da Tripolitânia encontram-se atestadas no morro do Castelo por oito ânforas correspondendo a 1,59% da totalidade das ânforas documentadas. A presença de uma ânfora do Tipo 8.1.3.2. permite assinalar a importação de contentores Ebusitanos em época republicana para o Ocidente peninsular.

Por último as produções que definimos como possivelmente “locais” ou regionais (Ver 6.6.1.) encontram-se atestadas por dezassete ânforas do Subgrupo 12.1.1.0. cinco do Tipo 4.2.2.5. e por quatro de difícil classificação, correspondendo a 5,17% do total das ânforas identificadas.

2. A importação de ânforas itálicas e o vinho no Ocidente peninsular

O claro predomínio dos produtos itálicos entre as importações de *Olisipo* para a época que nos ocupamos (Gráfico 3) e, entre estes, das típicas ânforas vinárias da costa tirrénica, levanta algumas questões que importa tentar esclarecer:

Embora seja consensual que a difusão do vinho e das suas técnicas de produção se devam aos contactos com o mundo fenício, a visibilidade arqueológica desse artigo está longe de se encontrar claramente demonstrada, não se tendo detectado até hoje, no território português, estruturas ou materiais que documentem inequivocamente uma produção vinícola anterior à época romana (Fabião, 1998a). Ainda que a produção seja difícil de documentar, a presença de *Vitis* encontra-se atestada nos estudos polínicos efectuados no vale do Tejo desde épocas recuadas (Leeuwaarden e Janssen, 1985), sendo considerada uma planta espontânea, e tendo o seu aumento exponencial a partir de inícios do século VI a.C. sido interpretado como prova de intervenção humana (Kalb e Höck, 1988, p. 199).

Os resultados das análises palinológicas do Paúl dos Patudos (Alpiarça), a que devemos acrescentar a descoberta de grânhas de uva na escavação do povoado pré-romano de Almaraz (com uma datação de radiocarbono centrada entre o século VIII e o século VII a.C.: Arruda e Gonçalves, 1995, p. 23), afiguram-se de extrema importância, visto poderem ser interpretados como as provas de um remoto cultivo de vinha no vale do Tejo, indo de encontro das referências de Estrabão (III, 3.1) e, eventualmente, de uma precoce produção de vinho no Ocidente peninsular. No entanto, a discordância verificada entre as várias datas de radiocarbono obtidas nas diferentes sondagens efectuadas na zona do Baixo Tejo, assim como o facto de não se apresentar claro se a *Vitis* documentada corresponde à variante *vinifera* ou à *silvestris*, recomendam alguma prudência na valorização destes dados (Fabião e Guerra, 1993).

Se a produção de vinho em época pré-romana, embora plausível, não se apresenta claramente atestada, já o seu consumo parece ter antecedido o seu fabrico local, se admitirmos que muitas das ânforas importadas, de claras influências orientalizantes, presentes na fachada atlântica, serviriam, entre outros produtos, para o transporte de vinho de proveniência oriental ou, com mais probabilidade, do Sul peninsular. Estou, no entanto, ciente da escassez de dados disponíveis para o território actualmente português (Arruda, 2000a) e das dúvidas que se colocam sobre os reais conteúdos destes recipientes e suas proveniências (Ramon, 1995).

A par da presença de ânforas importadas, o consumo de vinho no Ocidente poderá encontrar-se comprovado indirectamente pela presença de cerâmicas gregas, que se encon-

tram bem atestadas na cidade de Lisboa. De facto, “É difícil não relacionar o repertório formal dos vasos de verniz negro e de figuras vermelhas com a generalização do consumo de vinho.” (Arruda, 1997b, p. 106).

Conquanto não autorizem afirmações categóricas em relação à sua produção, os dados que dispomos para o vale do Tejo permitem registar o consumo de vinho em época pré-romana, sendo importante sublinhar esta ideia, na análise do significado cultural da chegada dos produtos itálicos ao território actual português.

Os dados do Castelo de São Jorge são bastante elucidativos deste processo, não se tendo detectado qualquer prova da existência de uma tradição comercial com o mundo romano anterior à chegada dos primeiros exércitos ao vale do Tejo. As primeiras importações itálicas surgem num momento bem definido do terceiro quartel do século II a.C., sendo compatível com os movimentos no vale do Tejo dos exércitos de Décimo Júnio Bruto.

Face a estes dados, parece consolidar-se a proposta de Carlos Fabião (1998a, p. 175): “O primeiro vinho itálico chegado a estas terras ocidentais vinha, portanto, para (e com) os soldados em campanha e a eles seria preferencialmente destinado e não aos indígenas.”

2.1. As ânforas greco-itálicas e o início da importação de vinho italiano no Ocidente peninsular

Os dados disponíveis sobre a difusão destes contentores no actual território Português são escassos (ver mapa da Fig. 30), resumindo-se a um fragmento de bocal nos Chões de Alpompe (Fabião, 1989, Fig. 12 n.º 52), um exemplar exumado na alcáçova de Santarém (Arruda e Almeida, 1999, Fig. 8, n.º 65), um bordo identificado nas escavações do Teatro Romano de Lisboa (Diogo, 2000, fig. 4, n.º 3) e 6 exemplares provenientes de recolhas superficiais em Mata-Filhos - Mértola (Luís, 2003b, fig. 6 – n.ºs 1 e 2; Fig. 9 – n.º 13 e 14; Fig. 10 – n.ºs 16 e 17), que, embora identificados como ânforas da Classe 3 (Dressel 1 A), segundo a proposta de F. Gateau (1990, p. 167-169), apresentam índices que permitem classificá-los como ânforas greco-itálicas, ainda que correspondam a formas tardias dentro deste modelo. Excluimos do nosso inventário o suposto fragmento de Vila Velha de Alvor, Portimão (ver argumentos em Fabião, 1998b, p. 371) e o exemplar de *Conimbriga* (Alarcão, 1976, Pl. XX, n.º 1) e Tróia (Diogo e Trindade, 1992, Fig. 1, n.º 1) que, embora classificados como modelos greco-itálicos, não deverão ser considerados como tal, uma vez que se afastam dos índices propostos para caracterizar este tipo (Gateau, 1990).

A análise da distribuição destes contentores apresenta-se particularmente significativa. Encontrando-se os modelos greco-itálicos, à excepção



FIG. 30 – Mapa de Portugal com a distribuição das ânforas greco-itálicas. De Norte para Sul: Chões de Alpompe; Santarém; Lisboa e Mata-Filhos (Mértola).

dos exemplares do sítio de Mata-Filhos (Mértola) representados ao longo do vale do Tejo, justamente onde as fontes literárias clássicas documentam a instalação das bases de apoio dos exércitos do “Galaico” (ver supra 3.2.). No entanto, temos que encarar esta leitura com as devidas cautelas, visto os dados disponíveis apresentarem algumas lacunas difíceis de explicar⁶⁸, que serão mais o resultado de falta de investigação em determinadas áreas.

Esta generalizada ausência das ânforas greco-italicas no território actual português apresenta-se assim como um indicador bastante expressivo, comparado com situações similares para outras áreas peninsulares, do desinteresse de Roma por estes territórios durante a primeira fase da conquista, fruto em grande parte da instabilidade gerada pelos consecutivos levantamentos indígenas e evidencia de uma forma clara a inexistência de uma tradição comercial com o mundo Itálico anterior à chegada dos primeiros contingentes militares ao ocidente peninsular.

Os dados do Castelo de São Jorge (ver Gráfico 3) têm que ser equacionados à luz das informações disponíveis, sendo importante reter, que, embora surjam formas ditas greco-italicas bem representadas no conjunto dos contextos identificados (18,36%), trata-se de formas tardias dentro deste tipo, que surgem em contextos atribuíveis a cronologias compatíveis, com as primeiras campanhas militares no vale do Tejo.

2.2. As ânforas itálicas e a dinâmica comercial tardo-republicana

A presença das importações Itálicas no extremo ocidente peninsular, parece face aos dados que dispomos de momento, ter aumentado de forma exponencial a partir de finais do século II a.C. (Arruda e Almeida, 1999), reflectindo-se essa difusão na dispersão em massa dos contentores cerâmicos que transportavam o vinho itálico a praticamente todo o território português, correspondendo aliás ao que se conhece sobre o processo de conquista e seu âmbito cronológico (Fabião, 1998a, p. 176).

Os dados disponíveis sobre a difusão dos contentores itálicos não são particularmente numerosos do ponto de vista quantitativo; no entanto, demonstram o claro predomínio das importações vinárias sobre as oleícolas e, entre as primeiras, das ânforas vinícolas da costa tirrénica do tipo Dressel 1 nas suas diversas variantes formais, sobre as ânforas com origem nas áreas meridionais da costa adriática do tipo Lamboglia 2 (Arruda e Almeida, 1999, p. 337). Compare-se os mapas das Figs. 31 e 33.

Os dados do Castelo de São Jorge (Gráfico 3) parecem confirmar esta ocorrência, sendo as ânforas da forma 1 de Dressel a

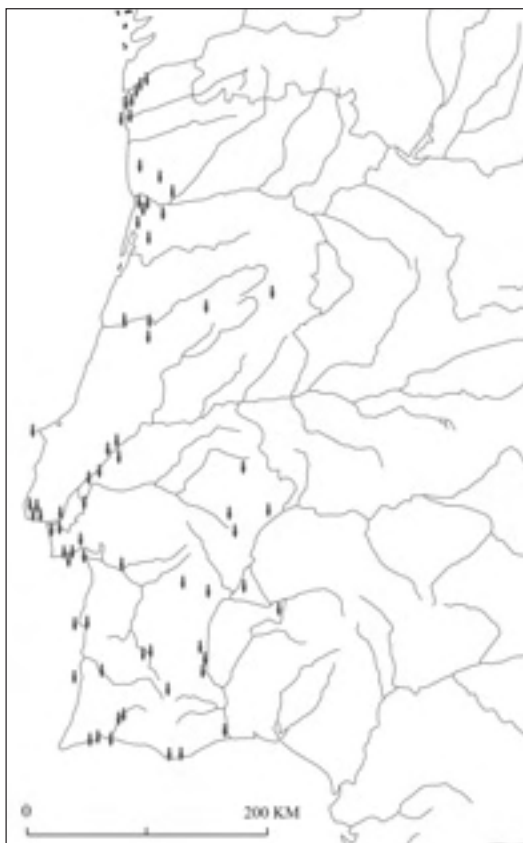


FIG. 31 – Mapa do território actualmente português com a distribuição dos achados de ânforas vinárias itálicas do Tipo Dressel I.

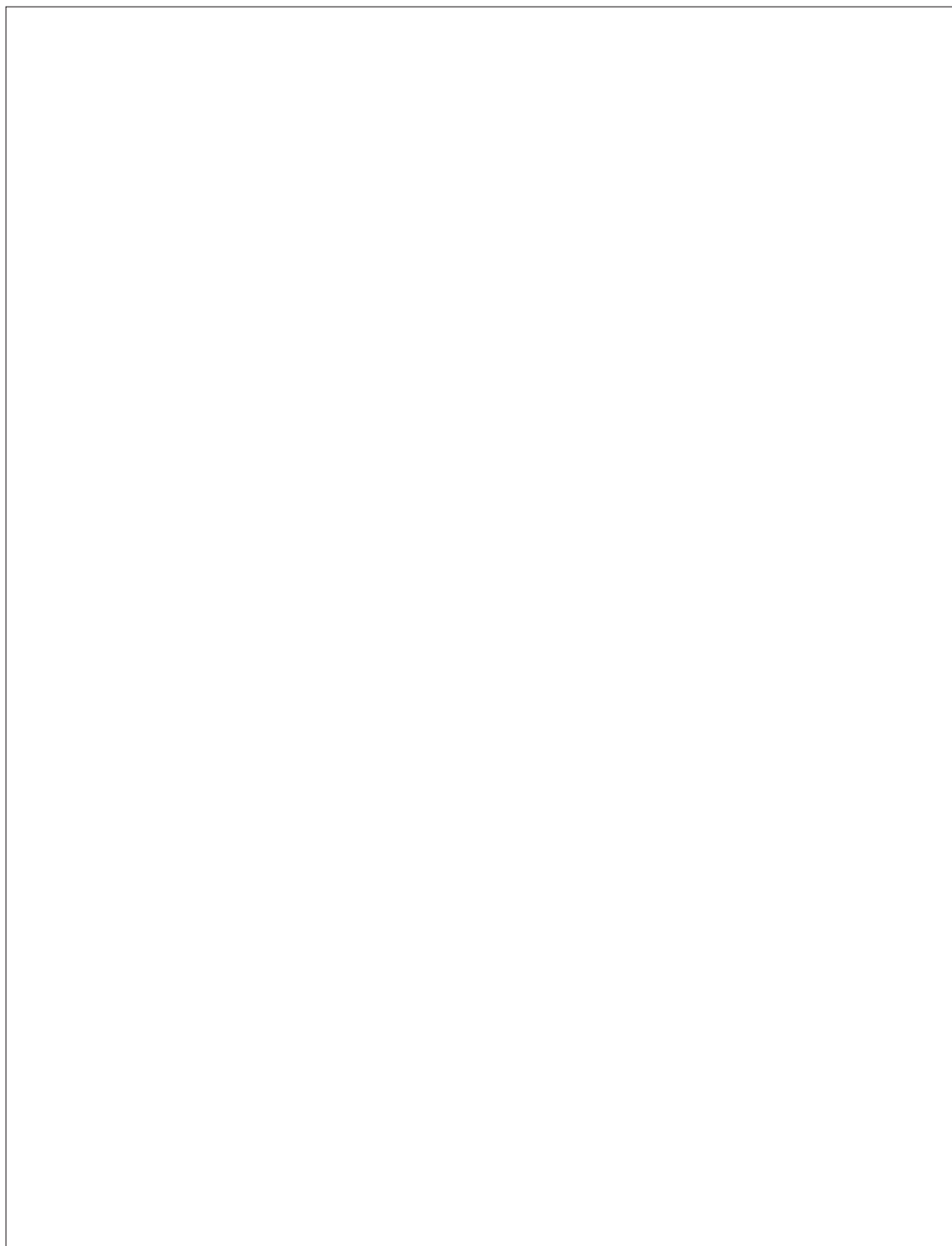


FIG. 32 – Mapa do Vale do Tejo (Daveau, 1994 - alterado), com a distribuição dos achados de ânforas vinárias itálicas do Tipo Dressel 1. De Norte para Sul: Ilhas Berlengas; Chões de Alpompé; Alto do Castelo (Alpiarça); Santarém; Rio Tejo (Perto de Salvaterra de Magos); Rio Tejo (Perto de Alhandra); Santa Eufémia; Ermidas; São Marcos; Colaride; Lisboa; Rio Tejo (Perto do Montijo); Almaraz e Cacilhas; Quinta da Torre; Chibanes; Castelo dos Mouros; Pedrão; Tróia e Praia da Figueirinha.

forma mais representada (41,7%), individualizando-se diversos fabricos que deverão corresponder a proveniências distintas e possivelmente a diferentes conteúdos vinícolas, encontrando-se as produções da costa adriática mal representados, tendo-se identificado apenas dois exemplares que classificamos como Lamboglia 2, correspondendo a 0,39% do con-

junto das ânforas exumadas no Castelo, assumindo um papel claramente secundário no quadro das importações vinárias.

O panorama conhecido da distribuição das ânforas da forma 1 de Dressel no território actualmente português pode ser visto em três trabalhos recentes que se complementam (Fabião, 1998a, Fig. 1, 1998b, p. 379-384; Arruda e Almeida, 1999, fig. 1) e que tentei reunir no mapa da Fig. 31, tendo apenas acrescentado de novo os exemplares de Orjais - Covilhã (Carvalho, 2003, p. 160), Coimbra (Carvalho, 1998, Est. XXXIX, n.º 1), Maiorca - Santa Olaia (Luís, 2003a, p. 37), Ilhas Berlengas (Diogo, 1999, Fig. 6, n.º 1), Colaride (Coelho, 2002, Est. 2, n.º 2), no rio Tejo perto de Vila Franca (VV.AA., 2003, p. 172, n.º 25 e 27), Lisboa (Diogo, 2000, Fig. 4, n.º 4 e Fig. 6 n.º 29; Diogo e Trindade, 1999, Fig. 7, n.º 10-11 e Pimenta, 2003, Fig. 3 e 4), Almaraz (Barros e Henriques, 2002a, p. 105 n.º 19 a 26), Quinta da Torre - Almada (Cardoso e Carreira, 1997/98, Fig. 3, n.º 6); Cabo Sardão (Diogo, 1999, Fig. 4, n.º 3), Castelo da Lousa (Gonçalves e Carvalho, 2002, Fig. 8), Mata-Filhos - Mértola (Luís, 2003b, fig. 6 a 12) e Ilhéu do Rosário - Lagoa (Gomes, Cardoso e Alves, 1995, p. 33, n.º 6).

Não alterando, no entanto, as principais linhas de difusão destes contentores já apresentadas (Fabião, 1998b), estendendo-se por um lado a praticamente toda a frente litoral do Minho ao Guadiana, com uma especial incidência nos estuários dos grandes rios e com uma difusão no interior alentejano de mais complexos contornos, mas que poderemos definir como utilizando o vale do Guadiana e do rio Mira.

A concentração de achados no vale do Tejo, península de Lisboa e estuário do Sado (Ver Fig. 32), embora tenha de ser matizada dado o esforço de investigação desigual comparativamente com outras áreas regionais pior conhecidas, parece-me relevante e elucidativo do papel que esta área terá tido, desde uma fase precoce do longo processo de “romanização”.

3. As ânforas do Mediterrâneo ocidental e da área do Estreito de Gibraltar

O volume das importações ocidentais entre as ânforas documentadas na antiga alcáçova de Lisboa (35,26%), em especial da área do estreito de Gibraltar (28,7%), parece-me esclarecedor do papel que os produtos alimentares peninsulares teriam no quadro de abastecimentos da cidade de *Olisipo* durante o período republicano.



FIG. 33 – Mapa do território actualmente português com a distribuição dos achados de ânforas vinárias itálicas do Tipo Lamboglia 2. De Norte para Sul: Chões de Alportégue; Santarém; Lisboa; Mértola; Cabo Sardão; Mestas do Castelhinho; Ilhéu do Rosário e Castelo de Castro Marim.

Ao determo-nos na análise da continuidade dos abastecimentos ocidentais, importa sublinhar as características dos produtos transportados; de facto, embora não seja linear a atribuição de conteúdos para as ânforas peninsulares documentadas (Ver supra 4.1; 4.2, 6.1; 6.3 e 6.4), vários elementos indicam-nos que possivelmente a maioria dos produtos poderiam ser os derivados piscícolas, precisamente os alimentos que não se produziam na Península Itálica, o que explicaria em grande parte a permissividade romana em respeito à sua circulação (Molina Vidal, 1997) e certamente a sua inclusão nas redes de abastecimento aos contingentes militares em campanha.

3.1. Ânforas de tipologia “ibero-púnica”, continuidade ou ruptura?

Tal como foi possível analisar no estudo dos contextos, a par das expressivas importações itálicas documentadas, continuam a circular alguns contentores de tipologia “ibero-púnica” ou “neo-púnica”, numa aparente continuidade com momentos anteriores. A observação da estratigrafia do Castelo de São Jorge e da intervenção de São João da Praça dotou-nos dos mecanismos necessários para aferir a análise das continuidades e rupturas com os ritmos de importação de época pré-romana, permitindo fazer algumas observações a meu ver pertinentes.

Uma das mais reveladoras prende-se com as continuidades a nível das importações de ânforas, encontrando-se atestada pelos contentores do Tipo 4.2.2.5. e Subgrupo 12. 1.1.0. de Ramon Torres (1995), que se encontram bem documentadas na cidade de Lisboa, o primeiro desde de meados do século IV a.C. e o segundo desde o século III a.C. Parece-me no entanto importante salientar, que a análise macroscópica da pasta destes contentores levou-me a propor como hipótese de trabalho a sua proveniência local ou regional (Ver 6.6.) e que a sua representatividade no conjunto das ânforas identificadas é reduzido (4,3%).

Os contentores do Tipo 9.1.1.1., embora tenham começado a ser produzidos ainda em meados do século III a.C. na baía de Cádiz (Ramon Torres, 1995), apenas surgem até ao momento identificados na estratigrafia do Castelo, a par das primeiras importações itálicas. A sua presença em sítios de cariz militar, nomeadamente nos acampamentos republicanos de circunvalação a Numância (Sanmartí Grego, 1985a, 1985b), em *Tarraco* (Díaz García, 2000) e nos níveis de fundação de *Valentia* (Ribera i Lacomba, 1998), permitem vislumbrar o papel que os abastecimentos de cariz “institucional” aos exércitos parecem ter no quadro de difusão destes contentores.

Face a esses dados, a concentração dos exemplares destas ânforas identificados no extremo Ocidente peninsular, no vale do Tejo, apesar de todos os condicionalismos resultantes do actual estado da investigação, apresenta-se particularmente sugestivo. Encontram-se bem representados em Chões de Alpompe (Diogo, 1982, Fig. 2, n.º 15, 1993, Est. II, n.º 19-24; Diogo e Trindade, 1993-94, Est. II, n.º 19), na Alcáçova de Santarém (Arruda, 2002, p. 210), em Lisboa e no Sul, em Castro Marim (Arruda, Viegas, Bargão e Pereira, no prelo).

As ânforas do tipo Mañá C2b são o contentor ocidental mais bem representado (18,76%), encontrando-se o início da sua importação bem documentado, a par dos primeiros produtos itálicos, não se tendo detectado qualquer tradição de comercialização destes modelos anterior à chegada dos exércitos romanos ao vale do Tejo. Embora os dados dos contextos não traduzam a sua representatividade no conjunto das ânforas exumadas, dispomos de um conjunto de elementos (cerca de uma centena de exemplares) que se não nos possibilitam, de momento, precisar o ritmo de importação destes contentores, levam-nos a valorizar o seu papel no quadro das importações de *Olisipo* durante esta época.

O estudo da totalidade das ânforas deste tipo identificados na alcáçova de Lisboa permite-nos sublinhar a sua proveniência ocidental, não se tendo identificado até ao momento os seus congêneres produzidos na área de influência de Cartago.

O panorama da distribuição das ânforas do tipo Mañá C2b no território actual português apresentado recentemente (Arruda e Almeida, 1998, p. 213-214; Fabião, 1998b, p. 392), e que tentei sintetizar no mapa da Fig. 34, tendo apenas a acrescentar os exemplares de Lisboa (Diogo, 2000, Fig. 4, n.ºs 1-2 e Fig. 8, n.º 40; Alves, Diogo e Cardoso, 2001, Fig. 4, n.º 28; Pimenta, 2003, Fig. 4, n.ºs 24 a 33); Vila Franca (VV.AA., 2003, p. 172, n.º 23) e Almaraz (Barros e Henriques, 2002a, p. 104, n.ºs 1 a 12), permite observar a ampla distribuição deste forma. É interessante a sua comparação com o mapa da difusão dos contentores do tipo Dressel 1 (Fig. 31), apresentando igualmente uma ampla difusão litoral, desde o vale do Guadiana ao vale do Rio Mondego, com algumas penetrações para o interior acompanhando as principais vias de entrada naturais.



FIG. 34 – Mapa do território actualmente Português com a distribuição das ânforas do Tipo Mañá C2.

3.2. Imitações de modelos itálicos e a “romanização” dos contentores

Ainda que pouco expressivas do ponto de vista quantitativo, identificaram-se no Castelo cerca de 30 exemplares (6%) de ânforas greco-itálicas de produção possivelmente hispânica, que documentam uma precoce imitação de modelos exógenos, que se integra numa questão mais vasta que é o da “romanização dos contentores”, ou seja, a alteração dos modelos morfológicos tradicionais no extremo ocidente de influência púnica pelos protótipos itálicos que se integram na família dos exemplares de influência helenística.

Se bem que, numa primeira análise, seja sugestivo buscar nestas imitações de ânforas itálicas um fim comercial, isto é, imita-se um contentor cuja difusão permitia supor um mais fácil escoamento do produto, tirando assim partido do seu amplo sucesso e da sua “imagem de marca” (Fabião, 1998, p. 178)⁶⁹, não é de excluir estarmos perante uma produção relacionada com necessidades de abastecimento dos contingentes militares itálicos em campanha. Esta hipótese, no entanto, confesso, tem poucas bases, assentando unicamente nos dados dos contextos do Castelo e no facto de estes contentores serem produzidos nos mesmos centros produtores das ânforas do T. 9.I.I.I. e Mañá C2b (Perdigones Moreno e Muñoz Vicente, 1988; González Toraya et al., 2000).

4. O azeite e as suas proveniências

A fraca expressão das ânforas oleícolas dentro da amostragem analisada (Gráfico 3), uma dezena de exemplares correspondendo a 2% do presente conjunto, apresenta-se particularmente interessante, dada a importância deste produto quer na dieta mediterrânea quer como combustível de iluminação (Fabião, 1989).

Embora os dados sejam reduzidos, parece-me relevante a superioridade das importações de azeite africano em relação ao proveniente da península itálica, indo ao encontro da difusão que se começa clarificar da sua distribuição na Península Ibérica (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2000). Sendo tentadora a proposta destes investigadores, de que o azeite da área da Tripolitânia que chegava a *Valentia* e aos acampamentos numantinos seria consequência do abastecimento estatal à recém criada colónia e ao exército⁷⁰.

Face a esta escassa presença várias questões se colocam quanto ao abastecimento deste produto essencial. Podemos estar perante uma situação em que o azeite seria produzido no Ocidente e comercializado em contentores de tipologia ibero-púnica, o que poderia estar documentado no presente conjunto; ou perante uma ausência que documentaria a sua eventual produção local ou regional e a sua chegada ao povoado de *Olisipo* em outro tipo de contentores cujo registo não chegou até nós.

A primeira hipótese, que não exclui necessariamente a segunda, apresenta-se pouco plausível, dadas as áreas geográficas de produção dos contentores documentados onde não se encontra atestada qualquer tradição significativa de produção oleícola. Restam as ânforas do Tipo 4.2.2.5., Subgrupo 12. I.I.O. e os exemplares de difícil classificação, de eventual produção “local” ou regional, mas para os quais não podemos avançar com qualquer proposta

FIG. 35

segura de eventuais conteúdos, embora o argumento de não apresentarem qualquer tipo de revestimento betuminoso pode ser utilizado a favor desta proposta.

Quanto à existência de uma eventual produção local ou regional de azeite em época republicana, ainda que os dados sejam escassos, essa hipótese começa a perfilar-se como bastante plausível. Diversos estudos palinológicos atestaram que a *Olea* se encontra identificada no extremo Ocidente peninsular desde épocas muito recuadas, sendo uma espécie indígena (Mateus, 1992; Mateus e Queiroz, 1997). Se a existência de *Olea* não nos permite afirmar a produção de azeite, os dados dos abastecimentos de produtos alimentares ao acampamento romano da Lomba do Canho - Arganil (Fabião, 1989) já permitiam supor com alguma verosimilhança uma eventual produção local, que foi recentemente atestada para o vale do Guadiana, no Castelo da Lousa, onde foi identificado uma área de prensagem de cronologia republicana, que deverá, como os próprios autores sugerem, pertencer a *cellae oleariae* (Gonçalves e Carvalho, 2002)⁷¹.